

Amílcar Cabral: a luta de libertação africana como uma ruptura epistemológica

Danúbia Mendes Abadia

Doutoranda em História

Universidade Federal de Goiás – UFG/Bolsista da CAPES

awamojuba@gmail.com

Resumo

A importância de trazer à luz o pensamento e a prática guerrilheira de Amílcar Cabral, deriva do fato deste ter organizado um dos movimentos de libertação nacional mais bem-sucedidos do mundo, pois a guerrilha criou um Estado dentro da Colônia a partir das práticas de auto-organização e autogestão da luta armada. Ao negar a assimilação à cultura colonial, a geração de Cabral desenvolveu a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas anticoloniais. Nesse sentido, é preciso considerar o arcabouço intelectual que foi legado pelo guineense Amílcar Cabral, como um teórico africano da luta armada que também utilizou-se da teoria como uma eficiente arma contra o colonialismo. O PAIGC propõe estratégias de libertação do domínio português onde a comunidade participava dos desdobramentos da guerrilha e passava a se autogerir. Cabral foi covardemente assassinado antes de ver a Independência se concretizar, porém, muitos dos seus pensamentos seguem de referência para a descolonização política, das mentes e dos corações, como a libertação de todo o povo africano.

Palavras-Chave

libertação cultural; guerrilha armada; zonas libertadas; re-africanização;

Abstract

The importance of bringing to light the thought and the guerrilla practice of Amilcar Cabral, derives from the fact that this organizing of the national liberation movements of the most successful in the world, because the guerrillas have created a state within the colony from self practices -organisation and self-management of the armed struggle. By denying the assimilation into colonial culture, the creation of Cabral developed the epistemological break which allowed the implementation of the anti-colonial struggles. In this sense, one must consider the intellectual framework that was bequeathed by the Guinean Amilcar Cabral, as an African theory of armed struggle which also used the theory as an effective weapon against colonialism. The PAIGC proposed release strategies of Portuguese rule where the community participated in the guerrilla developments and passed to self-manage. Cabral was cowardly murdered before seeing the Independence materialize, however, many of his thoughts following reference to the political decolonization of minds and hearts, as the liberation of the entire African people.

Keywords

cultural liberation; guerrilla army; liberated areas; re-africanization.

*Quem é que não se lembra / Daquele grito que parecia trovão?!
– É que ontem/ Soltei meu grito de revolta.
Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra,
Atravessou os mares e os oceanos,
Transpôs os Himalaias de todo o Mundo,
Não respeitou fronteiras / E fez vibrar meu peito...
Amílcar Cabral*

Os países africanos entraram na economia capitalista planetária essencialmente na qualidade de colônias assediadas e disputadas por potências europeias rivais. O povo da África, entre outros, financiou a ciência e a técnica ocidentais durante mais de trezentos anos. (...) “Não satisfeito em ser o principal consumidor da riqueza mineral africana, o Ocidente foi o principal gestor desta atividade. Um pequeno número de empresas ocidentais detinha o controle sobre o tratamento, a transformação e a comercialização destes recursos africanos” (MAZRUI, AJAYI e TSHIBANGU, 2010: 782). É preciso ver como a Europa subdesenvolveu a África e como foram formadas essas elites dirigentes africanas que permitiram o colonialismo e o posterior neocolonialismo.¹

A principal característica da colonização, afirma Amílcar Cabral,² é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas.³ Nesse sentido, os/as camponeses/as africanos/as foram obrigados/as a produzir matérias-primas destinadas à indústria europeia, concebida, sobretudo, para climas temperados. Eis o começo da deterioração dos solos pelo abandono forçado das técnicas agrícolas tradicionais em favor da monocultura, agricultura intensiva e uso

-
- 1 Segundo Carlos Moore, desde o século VIII d.C, o continente africano já tinha se convertido em foco do tráfico de pessoas escravizadas, nas suas palavras: “Os árabes foram os pioneiros (...) alguns estudos estimam que, entre o século IX e o século XV – quando começa o tráfico europeu – o mundo árabe talvez já havia retirado da África entre **18 e 20 milhões de africanos**; esses tráficos foram bem organizados, com ampla participação de uma parcela das elites dominantes africanas. Continua ele, Podemos inferir que os tráficos negreiros afro-árabes influíram de maneira em que se constituíram as classes dirigentes africanas que, a partir do século XVIII, serviriam de base para a colonização europeia e, inclusive, para a situação neocolonial atual” (: 55-56).
 - 2 Amílcar Cabral foi um importante teórico e prático da libertação africana, responsável pela mais bem-sucedida adaptação do marxismo crítico e criativo à realidade africana; contra o regime de espoliação colonial nas ex-colônias portuguesas, Cabral se ergueu com a crítica das armas e as armas da crítica para conduzir à vitória o Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC).
 - 3 Segundo o P.A.I.G.C. (Partido Africano para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde), o fascismo português tentou habilmente prejudicar o desenvolvimento econômico das colônias, primeiro porque temia que tal desenvolvimento econômico favorecesse a constituição de uma burguesia local forte – ainda que de colonos – e que isso impulsionasse a geração de um movimento de libertação. Em seguida, a escassez de recursos não permitia a aplicação de grandes somas nesse investimento, por conta do definhamento das forças produtivas de Portugal e consequência da própria política econômica geral do regime fascista (P.A.I.G.C, 1974: 115; Citado por BARROS, 2007 :33).

de fertilizantes (idem, 2010 :764). Ao mesmo tempo que o processo colonial paralisava o desenvolvimento africano, o seu desenrolar nas colônias tornava materialmente possível o desenvolvimento científico e tecnológico da modernidade Ocidental.

Para além da exploração econômica do domínio territorial, político e social da vida das populações, marcas evidentes do sistema colonizador, a dominação colonial distinguiu-se, sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada, negação da sua cultura, da sua filosofia, do seu modo de ser. Tornaram-se, nas palavras de Aimé Césaire, “sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (2010 :32). A história do colonizado e do seu território apenas existe quando incorporada à história do colonizador; o colonialismo buscou desumanizar os povos a quem o imperialismo quer saquear as riquezas, tornando-os bestas-feras para melhor justificar a violência e o genocídio.

Esse artigo vai abordar o colonialismo português na África, mais especificamente em Guiné-Bissau e em Cabo Verde (colônias que tiveram um processo conjunto de luta por independência), no que concerne à opressão política e administrativa, à exploração econômica e à opressão sociocultural, assim como a organização da luta anticolonial à luz de Amílcar Cabral, fundador do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a independência de Guiné-Bissau e Cabo-verde), organização responsável por toda a luta armada, política e cultural que levou os dois países à independência.⁴

Dentre os países colonizadores, veremos como Portugal se justificou pelo mito de uma nação amiga que levaria à África a religião cristã e a cidadania portuguesa aos africanos: construiu-se a ideologia da sociedade multirracial, do paternalismo colonial de reminiscências

4 A luta pela independência guiado pelo PAIGC, ao englobar os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, demonstra o pensamento continental de Amílcar Cabral, que via a unidade dos povos desses países como necessária na luta contra o colonialismo português, apesar das suas diferenças. Desde a sua descoberta que os assuntos da Guiné tinham sido entregues ao governo-geral de Cabo-Verde, o que fazia da Guiné a colônia de uma colônia (TOMAS, 2007, p.35). Mesmo quando a Guiné-Bissau foi desanexada de Cabo-Verde, após o massacre de Bolor em 1879, esse país continuou a tomar de conta de toda a vida na província de Guiné-Bissau, o que adia a formação de uma elite nativa guineense. Para Portugal parecia ótimo, pois não precisava enviar colonos brancos para a região. No entanto, isso foi um fator importante, pois, como defendia Amílcar Cabral: “Uma das coisas que explica a resistência em Guiné-Bissau se refere a reduzida presença portuguesa na Guiné, onde não favoreceu nenhum contato com as populações rurais. Esse fato, associado à política de discriminação racial, assumia outra dimensão e importância na hora de avaliar os impactos da dominação colonial sobre a cultura ou mesmo sobre a estrutura social. Assim, a partir da discriminação e do racismo, os colonos buscavam negar, por um lado, a cultura do povo dominado, fundamentando-se em argumentos científicos e teorias rúscas (raça inferior) e por outro, em um profundo desprezo pelos valores da cultura e da civilização negro-africana. Outra estratégia adotada pelo colonialismo foi a da assimilação ou alienação progressiva das populações dominadas e a instituição e legitimação do apartheid” (Citado por TOMAS, 2007: 293).

darwinistas, que assumia como necessária a presença dos europeus na África, sem os quais os africanos estariam condenados à estagnação, se não mesmo a barbárie e à extinção. Para Portugal, sob o comando de um governo fascista desde 1926, colonizar os “domínios ultramarinos” era “da essência orgânica da Nação portuguesa”; Salazar colocou o Estado Novo indissociável da manutenção das colônias na África; consolidou o seu modelo de dominação baseado no trabalho forçado, na exploração dos recursos naturais e na produção voltada à Europa, sendo que todas as bases sociais e materiais do Império eram camufladas; como diz Patrícia Villen “a defesa ideológica do colonialismo português ficou a cargo da Igreja e das suas missões católicas, principalmente no seu propósito de ensinar a sujeição” (VILLEN, 2013: 63). O fato é que a discriminação racial serviu por muitos séculos para a legitimação das barreiras raciais sobre as quais se estruturou a dominação colonial, buscando a divulgação de um ideologia que visa esconder as raízes racistas da colonização portuguesa.⁵ Para Cabral, era preciso denunciar essa noção falsa do luso-tropicalismo assimilacionista.

À semelhança da França, Portugal buscou, a partir da sua política de assimilação, destruir a tradição cultural das suas colônias através da formação de uma elite privilegiada e europeizada que contribuía com os colonizadores. Nesse quadro, será fundamental observar como se desenvolveu a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas contra o colonialismo, tendo origem em uma geração que, ao invés de exigir reformas dentro do sistema colonial, passou a exigir a independência política como um primeiro passo para a libertação do continente africano. Com tal exigência, nos diz António Tomás, “a “geração de Cabral” rompia com um certo compromisso entre os representantes das elites africanas e o Estado Novo salazarista; começam, pois, a resolver a contradição da geração anterior entre serem portugueses e africanos ao mesmo tempo” (2007:70).

No período que esteve em Portugal, Amílcar envolveu-se com a luta antifascista, mas ainda não diferenciava a “luta antifascista”, cuja responsabilidade competiria à oposição portuguesa, da “luta anticolonialista”. O processo de consciência pela libertação, na perspectiva de Julião Souza, viria no final dos anos 1940, e contou com pelo menos três factores favoráveis:

5 Segundo António Tomás (2007:121), o paternalismo colonial perdia sua base de sustentação ideológica nos anos 1950, o que obrigou o governo português a readaptar seu discurso legitimador, onde este discorreu sobre a capacidade de os portugueses se fundirem culturalmente – embora não racialmente – com os povos dominados; foi assim que as ideias de Gilberto Freyre vieram dar alento ao colonialismo português, estabelecendo o luso-tropicalismo como fundamento teórico da colonização. Para VILLEN, “são várias os argumentos emprestados do pensamento de Freyre, invocado pelo regime como autoridade de referencia para a defesa de um caráter cultural específico associado ao fenómeno colonial português” (2013 :83).

em primeiro lugar, a forte influência da ideologia negritudinista de expressão francesa,⁶ nomeadamente com a chegada da “anthologie de la nouvelle poésie nègre el malgache” de Leopóld Senghor, em 1948 e, por via delas, das ideias pan-africanistas. Em segundo lugar, a consciencialização e a viragem teria sido forçada pelo contexto mundial, pela intransigência das posições dos movimentos de esquerda relativamente à questão colonial e pela defesa que faziam da tese da imaturidade das colônias. O último fator se refere à chegada em Lisboa de estudantes angolanos (Agostinho Neto e Mário de Andrade) que, sendo politicamente ativos, divulgariam entre os estudantes africanos as atividades que alguns movimentos civis, como o ANANGOLA, MNIA e a Liga Angolana, estavam a fazer naquela colônia (2012: 527). As evidências levam a crer que o contato entre Amílcar e os angolanos, tanto em Angola como em Portugal, seriam cruciais e teriam funcionado como um escola de troca de experiência e de aprendizagem políticas (idem: 184). A “geração de Cabral”, fora da África, pôde conspirar a sua libertação, porque eles foram estudar nas metrópoles, passaram a se encontrar e desenvolver as ideias anticoloniais e voltar à África, não para colonizar, como queria a Europa, mas para “libertar”.

Geralmente, como nos diz Frantz Fanon, o intelectual colonizado se tem lançado com avidez à cultura ocidental, numa tentativa de europeização de sua cultura (1961: 199). Para a educação ocidental, consolidada pelas leis coloniais relacionadas ao matrimônio, ao direito de herança e à propriedade fundiária, assim como pela regra cristã relativa à monogamia, era fundamental subtrair a elite instruída do modelo comunitário das sociedades africanas tradicionais, para propor-lhe um novo modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens. Esta elite instruída, que acabava por ter mais mais contato e influência da cultura colonizadora, começava a conhecer mais superficialmente e a não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua culinária, à sua arte, à sua música, aos seus modos de vida em geral.

Como bem demonstrou Albert Memmi, convencido da superioridade do colonizador e

6 Em Paris, no período entre-guerras, um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas e África) iniciou um processo de mobilização cultural. Quando esses estudantes começaram a frequentar as universidades europeias - sobretudo as de Paris e Londres - constatou que a civilização ocidental não era um modelo universal e absoluto tal como era ensinado na colônia. Nesse contexto, despertou-se uma consciência racial, e, por conseguinte, a disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural esvaecida do povo negro. Em junho de 1932, alguns estudantes negros antilhanos publicaram uma revista, a *Légitime Défense* (Legítima Defesa), tendo editado só um número. O tom é de um manifesto. Nessa revista denunciavam a opressão racial e a política de dominação cultural colonialista. O alvo do ataque também era “o mundo capitalista, cristão e burguês”. Os jovens escritores defendiam que o intelectual devia assumir sua origem racial. Além disso, apregoavam a libertação do estilo, da forma e da imaginação frente aos modelos literários franceses. Como disse Julius Nyerere, “os africanos olhavam a Europa, observavam-se uns aos outros e sabiam que, face ao europeu, eles eram apenas um” (Citador por TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, UNESCO, 2010: 614).

por ele fascinado, o colonizado, além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo, procura imitá-lo, coincidir, identificar-se com ele, deixar-se por ele assimilar (1977:8). Para essa “desafricanização”, trabalhou muito bem o sistema educacional herdado do colonizador, onde a porcentagem mínima a ter acesso aos estudos passava a identificar-se com o colono, afastar-se das suas raízes africanas. Essa classe assimilada, segundo Cabral, é a expressão clara da contradição sócio-cultural vivida pela pequena-burguesia e não necessariamente pelas massas populares,⁷ que vivem a cultura local como parte intrínseca da sua própria identidade. É essa parcela social que perde a identidade africana, já que, continua Cabral, “a pequena-burguesia é a primeira a perceber a natureza do poder colonial, logo também o primeiro estrato social a poder tomar iniciativas para mobilização das massas populares contra a dominação estrangeira” (citado por VILLEN, 2013:179). Como resultado da assimilação, a pequena burguesia assimila a mentalidade do colonizador e considera-se culturalmente superior aos colonizados.

Foi assim que Cabral argumentou sobre a necessidade do suicídio de classe, uma forma de renúncia às estruturas que formaram a pequena burguesia, quer dizer, devem ser capazes de suicidar como classe para ressuscitar como trabalhadora revolucionária, identificada com o povo. Identificou o dilema da pequena-burguesia inserida no processo da luta de libertação nacional, já que para ela só havia duas opções: ou trai a revolução, ou suicida-se como classe, reforçando a própria consciência e libertando-se da “mentalidade de classe”, contudo, a via de libertação do PAIGC indicava o suicídio de classe como única alternativa à pequena burguesia. Segundo Tomás, esse conceito pode ser comparado ao conceito de violência de Frantz Fanon, ao evidenciar que

O colonialismo era em si uma forma de violência que produzia complexos e recalamentos que só seriam ultrapassados pelo uso de uma violência maior que anulasse os efeitos da anterior. Mas essa violência não tinha de ser necessariamente física. Era acima de tudo um processo através do qual colonizados e colonizadores se libertariam das estruturas que tinham concorrido para a formação das suas identidades.⁸

7 O discurso de volta às origens, alardeado pela ideologia da negritude não atingia as massas africanas, as quais permaneciam em sua maioria analfabetas e preservando os valores da cultura tradicional. Por isso, o discurso da negritude na África, a princípio, apenas sensibilizava a elite colonial negra, que vivia material e espiritualmente nos moldes do colonizador (...) Porém, continua Ali A. Mazrui, os negros da África e da diáspora que haviam assimilado o branqueamento, não conseguiam fugir do drama da marginalização. Vestidos a moda europeia “de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas” não deixavam de ser discriminados. No plano social, continuavam sendo negros e, conseqüentemente, tratados como inferiores. E foi justamente para dar uma resposta a esse sentimento de marginalização racial e frustração existencial que a pequena-burguesia negra resolveu revalorizar sua identidade no “mundo dos brancos”, empreendendo um discurso de afirmação racial e volta às raízes da cultura africana (UNESCO, Vol. 8, 2010: 11).

8 António Tomás. *O fazedor de utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2007: 168)

Em *Arma da Teoria*, Amílcar queixava-se de que um trabalhador “assimilado” ganhava três ou quatro vezes menos do que um trabalhador europeu, fazendo o mesmo trabalho e, ainda que tivesse a mesma qualificação, era considerado de segunda categoria. E isso deixava claro que, mesmo com o discurso da educação e do domínio das línguas europeias como passo para a ascensão social, o racismo prevalecia⁹. Julião Sousa nos relata que o próprio Amílcar foi vítima dessa situação quando buscou de diversas formas conseguir regressar a Guiné-Bissau, mas não foi fácil a Amílcar Cabral conseguir emprego em África (2012 :163). Amílcar Cabral pode comprovar que a ascensão a um novo estatuto social, por via da educação, em nada iria alterar a sua condição de negro/a no quadro do regime e da sociedade coloniais. E assim, os/as negros/as da África e da diáspora que haviam assimilado o branqueamento, não conseguiam fugir do drama da marginalização. Nas suas próprias palavras:

Portugal tem vindo a praticar a destruição sistemática dos valores da cultura Africana nos nossos países. Nós, os africanos das colónias portuguesas, conhecemos as mentiras, as perversidades e as hipocrisias contidas nessa política que tem tentado dividir-nos para nos explorar mais e melhor. Sabemos quanto custa obter um "bilhete de identidade" (prova de assimilação), para fugirmos à desgraça de sermos "indígenas" e, ao fim e ao cabo, continuarmos humilhados nas nossas próprias terras, depois de sermos obrigados a negar a nossa condição de africanos".¹⁰

Amílcar Cabral, nos diz Patricia Villen, contrapõe e propõe a política e a cultura como seu próprio antídoto, para ele, a sociedade colonizada deve reaprender a olhar e enxergar as

-
- 9 Portugal construía-se sob o mito de “missão civilizadora” e o instrumento criado para a “salvação das raças negras” foi o Estatuto do Indígena. Assim, o indígena era uma categoria de nativos que não eram cidadãos e que, só de nascer, contraía uma dívida com o Estado português, o imposto da *palhota*, a ser pago com o trabalho forçado (TOMAS, 2007: 47). Para ser considerado civilização, afirmam Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen, de acordo com o estatuto, os negros deviam saber ler e escrever o português, praticar regularmente a religião católica e ser benquisto pelo colonizador; já os brancos, branco, mesmo que analfabetos era “civilizado” (UNESCO, 2010: 219). Cabral argumentava, com base na percentagem de analfabetos que estimativa haver em Portugal (cerca de 50%), que se o Estatuto do Indígena fosse aplicado no país colonizador, metade da população portuguesa seria considerada indígena. No conjunto das colónias portuguesas somente 0,3% da população era considerada “civilizada” ou “assimilada”, ocupando, teoricamente, uma posição intermediária entre colonos e a grande maioria da população africana. Ainda assim, esses “assimilados” não usufruíam dos mesmos privilégios dos portugueses (Manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC), (s/d). CasaComum.org, Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83409 Acessado em 19/09/2014).
- 10 (Manifesto Anti-Colonial – PAIGC, 1956:7). Citado por TOMÁS. Segundo o autor, com a ajuda de um conhecido de seu pai, “um alto funcionário de origem cabo-verdiana”, que interveio em seu favor, em junho de 1952, após muita insistência, conseguiu um emprego como engenheiro agrônomo na Repartição Técnica dos Serviços Agrícolas e Florestais e, em 21 de setembro de 1952 embarcou em Bissau com a sua família (2012 :164). De todo esse processo, Cabral recusou a nacionalidade portuguesa, segundo ele: Houve um tempo na minha vida em que eu estive convencido que eu era português porque assim é que me ensinaram, eu era menino. Mas depois aprendi que não, porque o meu povo, a História de África, até a cor da minha pele... Temos de ter paciência, diabo! Não somos meninos, não é? Aprendi que não era português nada, não era português (Cabral, citado por SOUSA, 2011:75).

contradições da própria realidade social e econômica, entender suas causas e agir para sua transformação (2013:17). No seu trabalho de líder e militante do PAIGC, conheceu diversas realidades culturais num território, povos diferentes que foram a base da guerrilha e da independência. Por exemplo, o contato que teve com os grupos balanta, fula, mandinga, entre outros, ao longo dos anos de combate, o levaram a refletir sobre como a luta gerava uma nova cultura de resistência, de volta às raízes, de trabalho coletivo e autônomo, de ruptura com padrões tradicionais, sendo portanto o fator cultural um elemento fundamental para a construção do processo de libertação.¹¹ Assim, a libertação nacional era simultaneamente um fato de cultura e um fator cultural, sendo a resistência cultural a mais efetiva forma de resistência. Segundo ele, “a cultura revela-se como o fundamento do movimento de libertação, e só podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra a dominação estrangeira as sociedades e grupos humanos que preservam a sua cultura” (Citado por VILLEN, 2013: 167). Esta era considerada a expressão da natureza orgânica da sociedade, sendo capaz de influenciar a fecundação da história; para Cabral aí está contido os germes da contestação, os fatores de conflito de determinada sociedade, segundo ele, “como sucede com a flor numa planta, é na cultura que reside a capacidade (ou a responsabilidade) da elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, garantindo, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade em questão” (Cabral, Citado por VILLEN, 2013 :165).

Suas discussões sobre a cultura como ato de libertação levaram Cabral a questionar a centralidade da luta de classes como única força motora da história. A experiência na mobilização para a luta nos campos da Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, levaram-no a assumir um posicionamento crítico com relação ao marxismo, sem desconsiderá-lo por completo. Assim, “acabou por acrescentar ao manifesto comunista a defesa que o nível das forças produtivas é um elemento determinante do conteúdo e da forma da luta de classes” (LOPES, 2005: 87).¹² Significa

-
- 11 Cabral considerava que nenhuma cultura está pronta, e acabada, ou que seja superior ou inferior a outra. Acredita que há elementos bons na cultura opressora, assim como questões a serem resolvidas nas comunidades tradicionais. Da mesma forma que as estratégias do PAIGC teve forte influência das lições de guerrilhas de outras experiências, como o maóismo, a Guerra do Vietnã e as teorias marxistas, para o contexto específico da Guiné, contribuindo na atuação do recrutamento e no convencimento ideológico dos diferentes povos do território.
- 12 No caso da Guiné, apesar dos vários estudos realizados e do recenseamento agrícola realizado em 1954, tal não permitira ainda a Amílcar Cabral ter uma ideia objetiva da sociedade social guineense, ao ponto de saber que não havia “proletariado”, pelo menos no sentido marxista do termo (SOUSA, 2012: 321). Portanto, nos meios urbanos, afirmava Cabral, o colonialismo apenas consentira o aparecimento de uma classe “assalariada”. Por isso, passou a defender a mobilização no campo, pois, na ausência de um “proletariado” com consciência de classe, não era possível lutar nas cidades seguindo o exemplo de outros países (idem p.322). A tomada de consciência dessa realidade só veio a acontecer nos anos 60, e tem um marco importante na reunião de quadros cabo-verdianos, em Dakar, no ano de 1963, mesmo ano em que dá início à guerrilha armada do movimento de libertação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O processo africano demonstra que categorias sociais clássicas, como

ainda que os fatores sociológicos são fundamentais para a constituição da identidade, dado que a realidade social, isto é, “a materialidade histórica de determinada sociedade, é para ele o elemento que confere “forma e conteúdo” à identidade” (idem: 167). Consequentemente, veremos que o discurso da união pela origem e identidade foi muito mais persistente e eficaz do que o discurso marxista de identificação e consciência de classe. De acordo com Abebe Zegeye e Maurice Vambe, Cabral entendia o valor da luta de classe, mas se recusava a desqualificar as lutas relacionadas à etnicidade e o gênero como irrelevantes para moldar os contornos da cultura nacional, tendo colocado em pauta o debate sobre a crítica ao patriarcado tradicional africano, onde as questões de gênero marcam algum dos aspectos da luta que ressignificavam toda a ideia de cultura nacional (UNESCO, 2012 :38). Seguiu defendendo a linha de Fanon, em que a contradição revolucionária principal era a que opunha os povos dominados aos dominadores, mais do que o proletariado contra a burguesia dos países colonizadores: “O colono criou o colonizado e é este que está fadado a destruí-lo, libertando-se e libertando-o” (Fanon, citado por Lopes 2005:86).

A luta armada e a libertação cognitiva

Segundo afirma Amílcar Cabral no Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC), os povos africanos nunca deixaram de lutar contra a dominação estrangeira no continente. Seguiu nesse manifesto esclarecendo que,

Os nossos povos não podem aceitar a identidade histórica com Portugal, até porque não assumem a responsabilidade das monstruosidades históricas deste país, tais como três séculos da Inquisição portuguesa, os trinta anos de fascismo e, principalmente, os crimes cometidos contra os próprios povos Africanos - escravatura, tráfico negreiro, guerras coloniais e a mais violenta exploração colonial (1956: 2) .

A estratégia do colonialismo apresentada no manifesto tinha por objetivo criar uma divisão no seio da sociedade e fomentar o desrespeito e a falta de solidariedade de minorias ditas assimiladas para com as grandes comunidades africanas a que realmente pertenciam. Porém, as lutas armadas eram a continuidade histórica dos movimentos de luta e resistência à dominação colonial e desenvolveram-se a partir da descolonização ideológica e da negação do assimilacionismo da colonização portuguesa. Assim, podemos considerar a reafricanização dos

operariado e burguesia não serviam para a compreensão da realidade africana num contexto onde o proletariado não podia ser uma classe social porque nem sequer existia em países de economia rural: foi a pequena-burguesia urbana, formada no Ocidente, quem, dirigiu o combate contra o colonialismo.

espíritos foi um elemento fundamental para a consciência anticolonial, onde a identidade com a história e com a cultura africana provocaram uma ruptura ideológica que desembocará na prática da luta contra o colonialismo. Essa ruptura se materializou como resposta a toda a violência e usurpação de que foi vítima, a sociedade colonizada. E a resposta dos colonizados havia de ser violenta: segundo Cabral, tratou-se de uma violência libertadora ou revolucionária e organizada, encarada de forma positiva e otimista, cuja finalidade era a transformação da vida econômica, social e cultural das sociedades africanas colonizadas no sentido do progresso. A cultura que assume a forma de violência libertadora/ revolucionária aparece como uma forma de defesa e de resistência anticolonial, e esta nova violência tomou corpo na luta armada que, segundo Cabral, “perante a situação que se vivia era o único recurso para a reconquista da liberdade” (FREIRE, 1977: 122).

Imediatamente após o massacre de Pindjiguiti, em 3 de Agosto de 1959, Amílcar Cabral regressa à Guiné-Bissau e em 19 de setembro preside a reunião do PAIGC que, numa decisão histórica, decide a mobilização prioritária das massas camponesas e o reforço das organizações políticas nos meios urbanos, onde concluem que desencadear as ações urbanas, como greves e manifestações, haveria de custar muitas vidas, como tinha demonstrado, decidem então abandonar os métodos pacíficos em favor da luta armada. Para isso, era preciso organizar as estruturas do partido fora dos centros urbanos.¹³ Entre 1961 e 1963, os jovens militantes partidários de Cabral trabalharam clandestinamente nas comunidades, ensinando aos habitantes não lhes ser possível eliminar as suas dificuldades locais, senão trabalhando e combatendo para livrarem-se do sistema colonial português, em sua totalidade. Após este esforço de educação e de organização, o PAIGC lançou a sua luta armada em 1963, começando com “pequenos grupos de guerrilha nas propícias regiões de mata fechada ou de floresta, ele aumentou-os numericamente e

13 No início das mobilizações, nos diz Sousa, a análise das estruturas de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde não foi isenta de erros, como por exemplo, o fato de Amílcar e seus companheiros reunidos em torno do Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas (MLNCP) e do Movimento Anti-Colônia (MAC), terem acreditado, em meados dos anos 50, que o “proletariado” era a “classe social” mais revolucionária. Por isso, partindo da experiência de outros países, numa primeira fase, centraram a sua ação de mobilização nos centros urbanos. No caso da Guiné, apesar dos vários estudos realizados e do recenseamento agrícola realizado em 1954, tal não permitira ainda a Amílcar Cabral ter uma ideia objetiva da sociedade social guineense, ao ponto de saber que não havia “proletariado”, pelo menos no sentido marxista do termo (2012: 321). Portanto, nos meios urbanos, afirmava Cabral, o colonialismo apenas consentira o aparecimento de uma classe “assalariada”. Por isso, passou a defender a mobilização no campo, pois, na ausência de um “proletariado” com consciência de classe, não era possível lutar nas cidades seguindo o exemplo de outros países (idem p.322). Os/as militantes retiraram-se de Bissau, onde deveria ficar apenas uma pequena representação a recrutar jovens para serem enviados aos campos de preparação de guerrilheiros (em Guiné-Conakry e também na China), marcando assim a passagem de um nacionalismo reivindicativo para um nacionalismo revolucionário (2007: 111). A tomada de consciência dessa realidade só veio a acontecer nos anos 60, e tem um marco importante na reunião de quadros cabo-verdianos, em Dakar, no ano de 1963, mesmo ano em que dá início à guerrilha armada do movimento de libertação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

transformou-os, pouco a pouco, em unidades importantes que, não localizadas, estavam disponíveis para rápidos movimentos em longas distâncias e estavam aptas para o combate” (Suret-Canale e Adu Boahen, UNESCO, 2010 :220).

O PAIGC concebeu novos métodos e um programa político inédito, um conjunto de táticas de libertação com o objetivo de conquistar a confiança dos/as camponeses/as, então apáticos/as, para a ideia de alcançarem a sua independência. A própria natureza da Guiné e os conhecimentos dos povos nativos sobre o território constituíram-se em elementos chave em favor do PAIGC. Amílcar, mesmo familiar aos pensamentos de Karl Marx, nos diz Tomás, compreendia que a chave da mobilização popular estava em não fazer apelos a grandes teorias, mas sim em falar dos problemas do dia-a-dia (2007: 146). Como Cabral dizia aos seus quadros: “Lembraí-vos sempre que as pessoas não combatem por ideias, para que germinem no espírito de seja lá quem for. Eles combatem por vantagens materiais, para melhor e em paz viverem, para sentirem evoluir as suas condições de vida, para assegurar o porvir das suas crianças” e aqui reside a razão pela qual era imprescindível que estes quadros “praticassem a democracia revolucionária [...] mantivessem frequentes reuniões [...] nada escondessem das massas populares [...] jamais mentissem [...] e não se gabassem de vitórias fáceis” (Citado por CANALE; BOAHEN, UNESCO, 2010 :221).

O movimento de libertação estabeleceu uma estratégia de “zonas de retaguarda”, que realizavam o reabastecimento de tropas, formação política e militar, ações sociais (...) Cabral resumiu nestes termos a estratégia empregada contra os portugueses:

Para dominar uma zona determinada, o inimigo é obrigado a dispersar as suas forças. Dispersando-as, ele enfraquece os seus dispositivos e nós podemos vencê-lo. Para se nos proteger, ele deve, portanto, concentrar as suas forças. Entrementes, ao fazê-lo, é-nos possível ocupar as zonas inimigas liberadas e ali desenvolver um trabalho político cuja natureza conduz a impedir o seu retorno.¹⁴

As zonas libertadas significaram a formação de um estado embrionário dentro da colônia, realizado através da rejeição das estruturas coloniais e pela instalação da uma democracia direta nas comunidades, áreas em que se desenvolveu um processo de autonomia e envolvimento político, onde os/as moradores passaram a autogerir serviços sociais básicos de forma coletiva. Assim que o movimento havia liberado uma zona, eles ali aplicavam a sua política de libertação: por um lado, expulsavam todos os funcionários e comerciantes coloniais, aboliavam todos os

14 CANALE; BOAHEN. In. História Geral da África, VIII: África desde 1935. Editado por MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. 2.ed. Rev – Brasília: UNESCO, 2010 p.221.

impostos e direitos coloniais e punham termo ao trabalho forçado e às plantações obrigatórias; por outro lado, instauraram um novo sistema comercial e criaram escolas e postos de saúde na mata, lá onde antes jamais houvera, dotando os de pessoal de formação e intervenção em saúde recrutado em meio a homens e mulheres, frequentemente formados na Europa ou em Cuba.

Ainda mais importante, em termos políticos, o PAIGC implantou uma verdadeira democracia nas zonas libertas. A população foi incitada a eleger comitês representativos, que eram chamados de “Comissões de Tabanca”, estavam presentes em todas as aldeias da Guiné libertada, constituíam o centro nevrálgico político e administrativo de cada tabanca. Cada comissão incluía cinco membros eleitos pelos próprios moradores, sendo que dois tinham de ser mulheres¹⁵. Se realizavam ainda inter-relações entre a alfabetização, produção e a saúde, privilegiando a medicina preventiva, com papel destacado para a educação sanitária; além do estímulo à formação de cooperativas agrícolas com trabalho comunitário e com diversificação das culturas (TOMÁS, 2007: 34).

Para Cabral, a guerra colonial constituía ainda um poderoso meio para combater a mentalidade tribal, uma vez que os guerrilheiros, mais cedo ou mais tarde, seriam colocados em situação de confronto entre as suas crenças e a razão.¹⁶ As unidades móveis da guerrilha cresceram em tamanho e poder de fogo, aprendendo a utilizar toda espécie de armas, inclusive mísseis de longo alcance, embora os seus membros fossem, em sua maioria, analfabetos. Os combates influenciavam os processos de mudança cultural também por colocar, de um dia para o

15 De acordo com o regulamento do PAIGC, cada um dos cinco membros tinha funções muito claramente definidas na tabanca: o presidente era o responsável pelo funcionamento geral do CT (Comissões de Tabanca) pela gestão da produção agrícola; o vice-presidente tinha responsabilidades mais específicas relativas à segurança e à defesa local; o terceiro membro era responsável pela saúde, educação e outros serviços sociais; o quarto era responsável pelo armamento e pelo alojamento dos guerrilheiros nas tabancas; finalmente, o quinto membro era responsável pelos registos e pela contabilidade (Chabal, 2002: 105. Citado por Davidson, 1975:101). Com relação à presença das mulheres, Cabral soube que o inimigo combatido por elas não é só o colonialismo; fazia questão da presença de mulheres não apenas nas Comissões, mas em todos os processos da luta de libertação, inclusive da prática armada de guerrilha, defendendo a importância de ver o patriarcado africano como principal culpado da subordinação das mulheres africanas. De acordo com Maurice Vambe e Abebe Zegeye, “Cabral vinculava as lutas de gênero às mais amplas buscas nacionais e sociais pela liberdade” (2012: 38).

16 Antes da guerra começar, raro era o militante que não temia o irã – divindade que supostamente habita as florestas; muitos poucos eram os corajosos que adentravam numa floresta a noite; muitas vezes, continua Sousa, o próprio Cabral foi condescendente, várias vezes deu dinheiro a seus companheiros para comprarem seus *mezinhas* – amuletos que se prendem à cintura (...) Cabral esperava que essas crenças tornassem obsoletas quando chegasse a guerra, quando presenciassem seus companheiros a morrer, que diante as balas do inimigo uma trincheira valia mais do que mezinhas ou que se convencessem da inexistência de irãs se fossem levados pela necessidade a procurar abrigos em florestas. Importante ver que Cabral avança nos debates em torno da cultura tradicional, que não pode ser continuada de forma acrítica; entendia a própria origem e a cultura como um modo de resistência contra a opressão, ou seja, a cultura mudaria se mudassem também as condições histórica, material e espiritual de um determinado povo. Nesse sentido “a guerrilha tinha o compromisso ético com a formação, prática de democracia direta, educação, justiça, em busca de trazer uma grande aceleração do processo cultural da sociedade” (TOMÁS, 2007: 174).

outro, populações camponesas no manejo dos mais avançados equipamentos produzidos pela mais moderna ciência e tecnologia. Uma vez Amílcar declarou que a prova mais brilhante de manifestação cultural e de civilização era a de um povo que era capaz de pegar em armas para defender a sua terra, o direito à vida, ao trabalho e à felicidade (SOUSA, 2012 :295).

Sobre a Guiné-Bissau, Paulo Freire publicou um livro onde relata sua vivência nas áreas libertadas, afirmando que (...) “o PAIGC realizara experiências de alta importância na educação, saúde, justiça, produção e distribuição, com os armazéns do povo” (1977:35). O educador brasileiro compartilha um processo de reconstrução pós-colonial, onde a guerra de libertação foi a grande parteira da consciência popular, onde os processos de luta anticolonial são vistos como o despertar de uma nova mentalidade, num país que, segundo ele, “fala da luta enquanto o que ela ensinou, exigiu e assim continua num processo permanente; da luta como fator de cultura” (idem: 37). E era neste ponto que entrava a ação do movimento de libertação: tinha de inscrever sobre a consciência individual e coletiva os procedimentos necessários para a mudança da cultura (TOMÁS, 2007: 175).

Em Cabral, assim como em Fanon, “a politização das massas é reconhecida então como uma necessidade histórica” (1961: 127). De acordo com o PAIGC, era fundamental criar condições para que a cultura e o saber fossem acessíveis a todos/as: “Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples nas zonas e regiões libertadas, emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal e a compreender aquilo que se lê (...) Levar os que lêem a discutir e a dar opinião sobre o que leram” (Cabral, 1974b, : 53).¹⁷ Cabral insistia na importância de todo revolucionário estudar. Dizia ele: “devemos, portanto, diante das perspectivas favoráveis da nossa luta, estudar cada problema em profundidade e encontrar para ele a melhor solução. Pensar para agir e agir para pensar melhor” (Cabral, 1974a:15. Citado por). Era o político motivando o pedagógico.¹⁸

Em Cartas à Guiné, Paulo Freire vê Amílcar Cabral como “pedagogo da revolução”;

17 Citado por VARELA, Bartolomeu. *A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral*. Docente da Universidade de Cabo Verde , Praia, Janeiro de 2012. Acessado em 10/08/2014.

18 Cabral construía uma pedagogia militante em que usava técnicas de teatro para preparar seus homens; ensaiavam diversas situações que poderiam ocorrer no processo de mobilização, como uma conversa com os mais velhos sobre a exploração do regime colonial. A pedagogia militante de Cabral estendia-se ao trabalho que precisou fazer na mobilização das aldeias, o que lhe valeu aprender e ensinar ao povo o valor que temos como pessoas e o nosso papel na mudança das coisas. Por isso buscou desmistificar e combater posições tradicionais e mágicas de interpretação da realidade, assim como motivar no povo a vontade de “querer ser mais”, a curiosidade e o comprometimento com o aprendizado, que só teriam valor se fossem conectados à realidade material das pessoas envolvidas. António Tomás cita um momento em que Cabral, realizando um trabalho de convencer um chefe de uma aldeia a liberar os jovens sair para estudar, mostra-lhe um isqueiro e o acende, dizendo que, se lhes for permitido, poderão aprender a fazer coisas como um isqueiro. Ver *Fazedor de Utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa, Editora Tinta da China, 2007.

identificava a educação e a cultura como fundamentos do processo revolucionário, onde a luta é pedagógica e as pessoas podem transformar sua prática revolucionária em categoria cognitiva. Nessa direção, o PAIGC defendeu que a formação política e ideológica é condição para que as pessoas assumam a reinvenção da sociedade. Para isso, é urgente uma educação política que conscientize e desfetichize a cultura do colonizador. Tal processo, de acordo com Cabral, implica a descolonização das mentes e dos corações pois, nenhum povo, mesmo no período pós-colonial, consegue se livrar de seu colonizador enquanto não se liberta também dos seus referenciais teóricos, de suas premissas, de seus fundamentos e dos seus paradigmas, enfim, de sua “Razão” (ROMÃO, 2010: 13). Segundo Paulo Freire, Cabral conseguiu enxergar a necessidade da libertação cognitiva, da superação da racionalidade imbricada pela colonialidade; tal como diz José Romão, “a revolução tem de estar presente na própria elaboração da “ontologia” (teoria do ser), da “gnosologia” (produção de conhecimento) e da “epistemologia” (teoria do conhecimento), ou seja, nas elaborações e representações humanas a respeito dos seres, dos fenômenos e dos processos” (2010: 15).

Logo, a consolidação da revolução depende necessariamente da transformação do sistema educacional herdado do colonizador, que deve perpassar por uma clareza política na determinação do que produzir, do como, do para que, do para quem produzir. Essa transformação deve superar a dicotomia, por exemplo, do trabalho manual e do trabalho intelectual, o que provoca imensamente aos defensores do sistema colonial (ROMÃO, 2012: 21). De outro modo, o que se passava na Guiné, era um trabalho baseado na ajuda mútua, no tratamento da terra, na semeadura, na colheita (...) “discutindo-se as vantagens do mesmo sobre as atividades de caráter individualista. Era um trabalho baseado na ajuda mútua, no tratamento da terra, na semeadura, na colheita” (FREIRE, 1977: 81). Numa perspectiva descolonizadora, a educação na Guiné-Bissau, “ia no sentido de reconstrução nacional, em que a educação ia aliada à prática realizada ou realizando-se, quer dizer, o estudo estava combinado com a atividade produtiva” (idem: 25). A guerrilha colocava em pauta toda uma reorganização social, trazia outra dinâmica a partir da politização das pessoas envolvidas e da produção coletiva.¹⁹

A medida que a luta ia gerando novas formas de compreensão, Cabral preocupava-se em pensar e produzir documentos e textos sobre a cultura, a educação, era o que ele chamava de “paciência-impaciente”. Paciência em nada tinha a ver com conformismo, significa apenas que a

19 No capitalismo, o trabalhador não tem nada a ver com a determinação do que deve ser produzido, e na medida em que uma quantidade significativa do que se produz não corresponde às reais necessidades dos indivíduos, é preciso inventá-las. Por isso é que se equivoca, totalmente, a sociedade que, refazendo-se em busca do socialismo, se deixa fascinar pelo mito do consumismo (idem :128).

melhor maneira de fazer amanhã o impossível de hoje é realizar hoje o possível de hoje. Significa que tem de haver uma relação entre o estudo e a ação, que seria essa impaciência necessária para concretizar uma nova prática ao modificar, entre outros, os meios de produção, como disse uma representante do Círculo de cultura de Sedengal a Paulo Freire:

(...) Quem não descobriu o valor do coletivo dificilmente encontra motivos para ficar aqui; o entusiasmo é a nota característica da população de Sedengal. Uma certa alegria de viver que se apodera de nós quando descobrimos uma coisa nova, maravilhosa, diante da qual nós perguntamos como tinha sido possível viver tanto tempo sem ela. No momento em que descobrimos e nos damos a ela percebemos que, por muito tempo, talvez, ela esteve latente em nós, esperando o momento de sair. A descoberta é esse momento que chega (...) Nós não sabíamos que sabíamos. Agora, não só sabemos que sabíamos, mas sabemos que podemos saber mais.²⁰

Para que fosse possível a descoberta e o “saber mais”, era fundamental romper com a estrutura colonial dos conteúdos e da escola em geral, que, nas palavras de Cabral,

A educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior, e o africano como um ser inferior. Os conquistadores coloniais são descritos como santos e heróis. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanas. A geografia, a história e a cultura da África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesas.²¹

O grande objetivo da educação colonial era, pois, a “desafricanização” das pessoas; selecionava uma minoria assimilada e ia aumentando os renegados, em quem enfatizava o sentimento de inferioridade, de incapacidade, em face de seu fracasso. Era essa ideologia colonial que estava sendo rompida ao mesmo tempo que a guerrilha colocava em prática outra forma de educação, implementada mediante a criação de uma ampla rede colaborativa, tal como se pode extrair da palavra de ordem de Cabral: “todos os que sabem devem ensinar aos que não sabem” (Citado por FREIRE, 1977: 50). Com isso, Cabral alerta-nos de que a ação educativa, em particular, a atividade do ensino, não constitui tarefa ou obrigação exclusiva do professor, diz que: “Não devemos deixar o trabalho de ensinar só aos professores, apelando no sentido de se fazer de cada conversa de um camarada (...) seja de que nível for (...) um estudo, uma lição” (idem: 212).

20 FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.78.

21 CABRAL, Amílcar. In. *A verdade sobre as colônias africanas em Portugal, A arma da Teoria: unidade e luta*, v. I, p.64.

Embora fossem muitos os obstáculos, “em 10 anos o PAIGC formou muito mais quadros que o colonialismo em 5 séculos” (TOMÁS, 2007: 23). Entre 1971 e 1972, o PAIGC tinha, nas zonas libertadas, um total de 164 escolas, 258 professores e 14.531 alunos, de tal maneira que durante os anos de luta um número muito maior de guineenses atingiu os cursos superiores em comparação com o período de ocupação portuguesa. Os estudantes, ao ter no seu trabalho a fonte de seu estudo, possibilitam o autofinanciamento gradativo da educação, como em Bafatá, onde de 106 escolas, 96 tinham seus próprios campos agrícolas e criadouros de animais; como também as escolas de Có, que alcançaram o máximo de ligação entre escola, trabalho e população local, com a integração também da comunidade às atividades culturais promovidas na escola.

Conclui-se que, ao superar a educação colonial que trabalha para o sistema capitalista, há que se ter em foco a formação do homem novo e da mulher nova, que se associa à criação daquele novo tipo de intelectual gerado na guerra anticolonial, que não se distingua da fábrica ou da atividade produtiva nos campos, que sirva como educando e educador da revolução num modelo de escola que unifique a prática e a teoria, que não se defina como uma instituição burocraticamente responsável pela transferência de um saber selecionado. Nesse sentido, caminhou a luta anticapitalista da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde: a independência política não podia prescindir a independência cultural. A estratégia seguida por Cabral no lançamento e na consolidação da Revolução social na Guiné pressupunha a transformação radical da vida política, social e econômica, o que foram os elementos centrais do êxito do PAIGC; o movimento de libertação logrou uma série de inovações, onde a arte e a militância eram inseparáveis e a poesia encontrará um lugar de destaque no processo de mobilização anti-colonial, assim como o sarau, o teatro e a rádio, usados como tática de sensibilização e propaganda do PAIGC.²²

Cabral é considerado o principal organizador do movimento que conduziu esses dois países à independência colonial. De acordo com Julião Soares de Sousa:

muito embora se saiba (...) o quão perigoso é atribuir o sucesso de uma revolução, de

22 Segundo TOMÁS, em 1967 a Suécia ofertou um transmissor e um stúdio; a Rádio Libertação passou a emitir para toda a Guiné-Bissau e Cabo-verde; assim foi possível ligar os militantes do PAIGC em uma fundamental campanha de propaganda; já a poesia cumpre um papel de destaque, não apenas na Guiné-Bissau e Cabo-verde, mas em muitos processos de luta anticolonial na África. Entrelaçada à manifestação política, a poesia, segundo alguns historiadores africanos, é uma forma autóctone melhor enraizada nas tradições africanas que o romance, mais estrangeiro: “etíopes negros escreviam poemas antes mesmo dos ancestrais de Thomas Jefferson aprenderem o alfabeto latino pelos romanos”. No pós II Guerra, escritores nativos da África e das Antilhas reuniram-se em poesia para expressarem a dor da separação relativa aos ancestrais. Consideram, pois, a poesia como a “musa da libertação”; muitos dos líderes combatentes pela libertação, como Amílcar Cabral eram poetas ou escritores.

uma batalha, ação particular e filosofia a um indivíduo, no que diz respeito à luta armada na Guiné-Bissau, não hesitamos em atribuir o seu êxito (...) à força e personalidade de um homem – Amílcar Cabral. A ele se deveu, sem dúvida alguma, grande parte das conquistas do PAIGC no período pré-revolucionário e revolucionário (...) (SOUSA, 2011: 31).

Recusando a figura de herói e líder, Cabral colocava-se no papel de intérprete das aspirações das massas, onde confere ao povo a liderança da luta. Cabral, continua SOUSA, foi produto de uma época em si controversa e em rápida transformação (2012: 32). O que buscamos nesse artigo foi refletir um pouco sobre o arcabouço intelectual que foi legado pelo guineense Amílcar Cabral, como um teórico africano da luta armada que também utilizou-se da teoria como uma eficiente arma contra o colonialismo.²³ Segundo ele mesmo concluiu, a ação guerrilheira não era, de modo algum, determinante vitória final, pois não seria pela via militar que o PAIGC libertaria a Guiné, mas pela ação política, no interior, e a diplomacia no exterior (TOMÁS, 2007: 241).

Amílcar Cabral foi assassinado antes de ver a Guiné-Bissau e Cabo-Verde oficialmente independentes; no entanto, o processo que ajudou a construir juntamente com o PAIGC, foi considerado por vários observadores “um dos mais bem sucedidos movimentos revolucionários do mundo” (TOMÁS, 2007:266). Apesar do ativo suporte financeiro e militar oferecido a Portugal por todas as grandes potências ocidentais e pelos outros Estados membros da OTAN, o PAIGC alcançara, em 1967, o controle de dois terços da Guiné. Em 1971, o PAIGC estimava em 800 mil o número de pessoas a viverem nas zonas libertadas. Embora eles tenham posteriormente reforçado o seu exército, aos portugueses não foi factível derrotar os africanos e, inclusive, o cínico assassinato de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, não pôde derrubar o movimento de conquista da libertação: no dia 27 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a

23 É fundamental que Amílcar Cabral seja lembrado e estudado como um dos grandes intelectuais africanos da história contemporânea. Segundo Dan Wood: “Cabral se centra en la manera en que el rechazo de las filosofías de la historia eurocéntricas merece un lugar elevado en las luchas descoloniales. Específicamente, sitúa las historias de diversos pueblos en las transformaciones de sus propias fuerzas productivas en lugar de hacerlo solo en el conflicto de clases” (Cabral y Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, 1997: 124. In. Tabula Rasa, núm. 20, enero-junio, 2014, pp. 69-87. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39631557004>, acessado em 13/10/2015. Seu pensamento e sua prática revolucionária apresentou um grande debate cultural pela descolonização do pensamento, do corpo e do espírito africano. Nesse sentido, podemos situá-lo ainda como produtor de uma matriz estética: enquanto poeta e guerrilheiro, já que, segundo Maurice Vambe e Abebe Zegeye, há casos bem visíveis em que os textos culturais de Cabral influenciaram a direção da criatividade africana. Em suas palavras, (...) “a literatura africana escrita depois de 1970 (quando as ideias de Cabral foram postas pela primeira vez em circulação) questiona e modifica algumas de suas crenças. Essa relação dialógica entre a obra de Cabral e a literatura deve reorientar os políticos, historiadores, sociólogos e críticos culturais africanos, para que comecem a apreciar a contribuição da obra de Cabral aos movimentos nos discursos intelectuais africanos (...) as obras de Cabral influenciaram e também foram influenciadas pela literatura africana que as antecede e as sucede” (2012: 37).

independência de Guiné-Bissau.²⁴

As independências africanas, basicamente, não trouxeram a felicidade que seus promotores sonharam e prometeram. E é na Guiné-Bissau onde mais se vive a desilusão das independências, onde a guerra colonial produziu profundas divergências entre os grupos étnicos que apoiavam os movimentos de libertação e os que preferiram combater os nacionalistas, gerando assim rivalidades. “Dessa maneira, se coloca a questão do porque o presente da África não é digno do passado em que se sonhou o futuro?” como diz MAZRUI e WONDJI (UNESCO, 2010, p.579). Divergindo da perspectiva de Amílcar Cabral,²⁵ a história pós-colonial da África nos mostrou que as classes dirigentes da quase totalidade dos países do continente aceitou se submeter aos programas estruturais de ajuste “propostos” pelas instituições financeiras internacionais. E que, na grande totalidade dos países que optaram pela via socialista de construção da Nação, principalmente após a desintegração da União Soviética e da queda do muro de Berlim, apresentaram quadros de desenvolvimento neocolonial, muitas vezes mais dependentes das potências europeias que antes da revolução.

Referências Bibliográficas

-
- 24 A guerra de libertação forçara os portugueses a voltarem-se criticamente sobre si mesmos, em relação ao seu próprio subdesenvolvimento, à sua própria dependência econômica e à ditadura política de Salazar e do seu sucessor Caetano. Desse processo, em 25 de Abril de 1974, o regime fascista de Portugal foi desarticulado através do golpe protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas. O novo regime não somente confirmou a independência da Guiné Bissau, mas, também foi ele quem reconheceu a independência a Angola e ao Moçambique, em 1975. Porém, o 25 de Abril não significou uma orientação clara para a descolonização. O próprio programa do MFA não continha em nenhum dos seus pontos qualquer referência à descolonização. A verdade é que o processo de luta anticolonial contribuiu visceralmente na liquidação das bases do fascismo em Portugal, nas palavras de Tomás, “com a guerra colonial, Amílcar livrou os portugueses do enorme fardo que Salazar lhes tinha colocado sobre os ombros: civilizar a África” (2007: 25). Nesse sentido, veremos que as lutas das colônias portuguesas contribuíram ainda para o surgimento da democracia em Portugal, bem como para a modernização política do país.
- 25 Uma das grandes preocupações de Cabral, é o regresso da dominação colonialista desempenhada pelas elites nacionais africanas após a conquista da independência. Sua concepção de libertação nacional ultrapassa os marcos da conquista formal da independência e implica a “libertação das forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido delas se poderem desenvolver plenamente de acordo com as condições históricas que a gente está a viver hoje em dia” (Cabral, 1976:205). Por esse motivo, alerta que, tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial da dominação imperialista: a negação do processo histórico do povo dominado. De acordo com alguns historiadores, as economias africanas permanecem invadidas pelo capital estrangeiro e os membros da própria burguesia negra são, fundamentalmente, os principais aliados dos interesses estrangeiros. A invasão cultural traduz-se, notadamente, pela predominância de uma cultura de consumo, pela persistência de estruturas educacionais da época colonial, pela infiltração produzida nas sociedades africanas pelas mídias e pelos veículos culturais eletrônicos estrangeiros, bem como pela perpetuação de políticas linguísticas ao serviço dos interesses da elite e das classes dirigentes, embora não suficientemente ao alcance dos ouvidos ou à altura das necessidades das massas. Constitui um sintoma desta dependência cultural profundamente enraizada, o fato da cultura, própria às elites africanas, continuar sob o domínio das línguas estrangeiras (MAZRUI; ANDRADE; ABDALAOUI; KUNENE e VANSINA. UNESCO, 2010: 686).

BARROS, Deolindo Nunes de. *A política africana do Brasil e seu consequente acordo de cooperação cultural com os países africanos: o caso do intercâmbio educacional com Cabo-verde*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas da UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

CABRAL, Amílcar. *A Arma da Teoria*. Coordenação Carlos Comitini, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

_____. *Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*. Documentos do PAIGC, Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros. Discurso em Havana, 03 a 14 de janeiro de 1966. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 16 de setembro de 2013.

_____. *A África e a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas*. Documentos do PAIGC. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 04 de setembro de 2013.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Santa Catarina: Ed. Letras Contemporâneas, 2010.

_____. *Diário de um retorno ao país natal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscara branca*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1969.

_____. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, Colección popular, 1961.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo-Verde crioulo*. Florianópolis, Ed. da UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERREIRA, José Maria de Carvalho. *Portugal no contexto da “transição para o socialismo”:* *história de um equívoco*. Blumenau, Editora da FURB, 1997.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34,

2001.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. *A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal*. Dissertação de mestrado em História da FCHF, UFG. Goiânia-GO.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra e do sol: a formação do Estado-Nação em Cabo-Verde*. São Paulo, 2002.

História Geral da África, VIII: *África desde 1935*. Editado por MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. 2.ed. Rev – Brasília: UNESCO, 2010, 1248p.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Carlos (org.). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MACHEL, Samora. *Estabelecer o poder popular para servir as massas*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

_____. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924 – 1973): Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: 2ª ed. Editora Vega, 2012.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2007.

VARELA, Bartolomeu. *A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral*. Universidade de Cabo Verde, Praia, Janeiro de 2012. Acessado em 10/08/2014.

VILLEN, Patricia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Referências Bibliográficas

BARROS, Deolindo Nunes de. *A política africana do Brasil e seu conseqüente acordo de cooperação cultural com os países africanos: o caso do intercâmbio educacional com Cabo-verde*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas da UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

CABRAL, Amílcar. *A Arma da Teoria*. Coordenação Carlos Comitini, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

_____. *Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*. Documentos do PAIGC, Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros. Discurso em Havana, 03 a 14 de janeiro de 1966. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 16 de setembro de 2013.

_____. *A África e a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas*. Documentos do PAIGC. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 04 de setembro de 2013.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Santa Catarina: Ed. Letras Contemporâneas, 2010.

_____. *Diário de um retorno ao país natal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscara branca*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1969.

_____. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, Colección popular, 1961.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo-Verde crioulo*. Florianópolis, Ed. da UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERREIRA, José Maria de Carvalho. *Portugal no contexto da “transição para o socialismo” : história de um equívoco*. Blumenau, Editora da FURB, 1997.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. *A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal*. Dissertação de mestrado em História da FCHF, UFG. Goiânia-GO.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra e do sol: a formação do Estado-Nação em Cabo-Verde*. São Paulo, 2002.

História Geral da África, VIII: *África desde 1935*. Editado por MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. 2.ed. Rev – Brasília: UNESCO, 2010, 1248p.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Carlos (org.). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MACHEL, Samora. *Estabelecer o poder popular para servir as massas*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

_____. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924 – 1973): Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: 2ª ed. Editora Vega, 2012.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2007.

VARELA, Bartolomeu. *A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral*. Universidade de Cabo Verde, Praia, Janeiro de 2012. Acessado em 10/08/2014.

VILLEN, Patricia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.